

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXXX
VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA**

Processo nº.:

FULANO DE TAL, devidamente qualificado, vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV, e 89, inc. XI), com fulcro no art. 588, XVI, do Código de Processo Penal, interpor

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Em face da r. decisão de ID XXXX, apresentando, desde já, as respectivas razões. Requer, por oportuno, a intimação do ministério público para que, querendo, apresente contrarrazões à insurgência. Após, não sendo caso retratação (art. 589, do Código de Processo Penal), requer a remessa para a superior instância.

LOCAL , datado e assinado
digitalmente.

**Defensor Público do
Distrito Federal**

**EGRÉGIA TURMA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Processo nº.:

Colenda Turma,
Ilustres Desembargadores
Relator e Revisor, Doua
Procuradoria de Justiça.

A **Defensoria Pública no Distrito Federal**, na defesa dos interesses de **FULANO DE TAL**, apresenta **RAZÕES** ao Recurso em Sentido Estrito interposto em face da decisão que deferiu a produção antecipada de provas (id.), fazendo-o nos seguintes termos:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O Ministério público, no mesmo ato (ID), requereu a suspensão do processo e a produção antecipada de provas.

Na sequência, o magistrado acolheu integralmente a pretensão ministerial, determinando a designação de audiência de produção antecipada de prova oral (ID).

Contudo, a defesa técnica entende, pelos fundamentos sustentados pelo julgador, incabível a produção antecipada, pelas razões que passa a expor.

II- DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Em que pese a decisão que defere a produção antecipada de provas não se encontrar de forma expressa no rol exaustivo do art. 581, do Código de Processo Penal, a jurisprudência se solidificou no sentido de interpretação extensiva ao mencionado dispositivo, fazendo uma leitura alargada, precisamente, do inciso XVI. Sobre o tema, assim se

manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE PRODUÇÃO

ANTECIPADA DE PROVAS. 1. A Terceira Seção, no julgamento dos EREsp n. 1.630.121/RN, sufragou a possibilidade de interpretação extensiva do rol taxativo do art. 581 do CPP. Não se trata de admitir ampliação das hipóteses para abranger situação que o legislador pretendeu excluir, mas de reconhecer o conteúdo mais amplo da lei processual.2. **Se o recurso em sentido estrito é cabível contra decisão que ordenar a suspensão do processo, a produção antecipada de provas, como providência de natureza cautelar que decorre e está inserida no contexto da aplicação do art. 366 do CPP, pode ser inserida na hipótese do art. 581, XVI, do CPP. A interposição do reclamo, conquanto não prevista literalmente no texto da lei, se enquadra em sua disposição.**3. Agravo regimental não provido.(AgRg no REsp 1723538/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ,

SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2020, DJe 04/06/2020)

Portanto, alinhando-se ao posicionamento do Tribunal da Cidadania, cabível a presente insurgência.

Ainda nos aspectos procedimentais, o recurso é tempestivo, porquanto se quer teve início o decurso do prazo, que para a Defensoria Pública é contado em dobro, ante a normativa encartada no art. 89, I, da LC 80/1994.

III- DAS RAZÕES PARA REFORMA

A produção antecipada de prova é providência autorizada pelo art. 366, do Código de Processo Penal, decorrente direto da suspensão do processo ante a citação por edital.

Todavia, não é possível antecipar toda e qualquer arranjo probatório, mas somente aquele considerado urgentes, devendo a decisão ser fundamentada e manter convergência com o determinado na Súmula 455 do Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, como exposto pelo verbete acima, o mero decurso do tempo é argumento diminuto para autorizar a providência contida, já que sua natureza excepcional, deve apenas se amparar em fundamentos sólidos, incapazes de se reservar para momento posterior, após o comparecimento do réu.

Com efeito, a **produção antecipada de provas constitui medida excepcional que visa preservar os elementos probatórios para garantir o êxito da ação penal**, sendo que a sua realização depende de fundamentação concreta. Trata-se, portanto, de decisão entregue à discricionariedade efetivamente vinculada do juiz, que decide ser cabível, mas, inegavelmente, deverá fundamentá-la.

Sobre o tema, já se manifestou o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

PROCESSO PENAL. RECLAMAÇÃO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. SÚMULA 455-STJ. MEDIDA EXCEPCIONAL. ALEGADA DIFICULDADE DA OBTENÇÃO DA PROVA. SITUAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. **1. A determinação da produção antecipada de provas decorre das circunstâncias peculiares do caso, aptas a justificar a medida excepcional, em virtude do risco concreto de perecimento ou dificuldade de obtenção da prova.** 2. Mantém-se, assim, o indeferimento da produção antecipada da prova testemunhal, em obediência ao preceito estampado no verbete da Súmula n. 455, do STJ, que veda a produção antecipada com fundamento apenas no decurso do tempo. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão 1194205, 07055673820198070000, Relator: JESUINO RISSATO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 8/8/2019, publicado no PJe: 27/8/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

No caso em tela, o d. magistrado concedeu a produção antecipada de provas referente à oitiva de dois policiais pautado na natureza das funções de tais servidores públicos que, somado ao decurso do tempo e a reiteração de fatos semelhantes, autorizariam o ato.

A cerca de eventual decurso do tempo, tal fato não é fundamento idôneo para a deflagração da medida antecipada, uma vez que a urgência decorre de contexto excepcional, não de algo ordinário. Sobre o tema, já se posicionou recentemente o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

RECLAMAÇÃO CRIMINAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO MINISTERIAL. RÉU CITADO POR EDITAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL. ANTECIPAÇÃO

DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL.
CARÁTER DE URGÊNCIA NÃO
DEMONSTRADO. RECLAMAÇÃO JULGADA
IMPROCEDENTE. 1. Cabível a reclamação
criminal contra a decisão que indefere a
produção antecipada de provas, tendo em vista
a ausência de recurso específico para impugnar
tal tipo

de decisão, nos termos do art. 232 do RITJDFT. 2. Nos termos da súmula 455 do STJ "A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo". 3. A produção antecipada de provas é uma possibilidade que o Magistrado tem ao se deparar com a suspensão do processo em decorrência do não comparecimento do acusado aos autos após sua citação (art. 366 do CPP). Todavia, a antecipação só pode ocorrer para as provas consideradas urgentes. 4. Correto o indeferimento do pedido de produção antecipada de provas, tendo em vista que eventual esquecimento dos fatos por vítimas ou testemunhas, por si só, não autoriza a produção antecipada de provas, por não configurar prova urgente. 5. Reclamação julgada IMPROCEDENTE. (Acórdão

1317383,

07444597920208070000, Relator: ROBSON BARBOSA DE

AZEVEDO, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 11/2/2021, publicado no PJe: 24/2/2021. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

PROCESSO PENAL. RECLAMAÇÃO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. SÚMULA 455-STJ. MEDIDA EXCEPCIONAL. ALEGADA DIFICULDADE DA OBTENÇÃO DA PROVA. SITUAÇÃO NÃO

CHARACTERIZADA. 1. A determinação da produção antecipada de provas decorre das circunstâncias peculiares do caso, aptas a justificar a medida excepcional, em virtude do risco concreto de perecimento ou dificuldade de obtenção da prova. 2. **Mantém-se, assim, o indeferimento da produção antecipada da prova testemunhal, em obediência ao preceito estampado no verbete da Súmula n. 455, do STJ, que veda a produção antecipada com fundamento apenas no decurso do tempo.** 3. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão 1259748, 07084060220208070000, Relator: JESUINO RISSATO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 25/6/2020, publicado no PJe: 10/7/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Ademais, imperioso apontar e somar à questão atinente ao aspecto temporal, **que os fatos ocorrem em DATA,**

portanto, há menos de 1 ano. Assim, a princípio, não há que se falar em perecimento da prova, já que decurso de tempo irrisório não pode ser considerado como fator para autorizar a produção antecipada.

No segundo aspecto, levanta-se que as testemunhas arroladas pela acusação são policias rodoviários federais. **Assim, inegável a distinção de atuação e de volume operacional existente entre os agentes acima e policiais militares ou**

policiais civis. Esses possuem a função precípua de investigação e apuração; aqueles de atividade ostensiva e de garantia de ordem pública; já os policiais rodoviários federais se limitam apenas a questões oriundas de fatos ocorridos em rodovias federais (art. 144, §2º, da CF).

Com efeito, não se afasta a possibilidade de existir esquecimento por parte daqueles que operam inúmeros casos no dia a dia (policia militar e civil), lado outro não se conclui o mesmo de policiais rodoviário federais, que atuam em quantidade inferior, sendo mais factível que tenham capacidade de rememorar fatos ocorridos no desempenho de sua atividade.

Não escapa, ainda, a necessidade de aventar que a acusação arrolou apenas os 2 policiais rodoviários federais como testemunha, ou seja, por consectário, realizada a produção antecipada de prova ocorrerá o esgotamento do arranjo probatório daquele que tem ônus. Com isso, a acusação produzirá toda prova que se alinhou, todavia, negando ao réu o seu direito de presença e de contestar na íntegra, no momento oportuno, o que as testemunhas relataram.

Assim, certo a necessidade de reforma da decisão que determinou a produção antecipada de provas.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a reforma da decisão recorrida, determinando-se que as provas testemunhais sejam produzidas somente após a localização do réu.

LOCAL, datado e assinado digitalmente.

**Defensor Público do
Distrito Federal**

